



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000459868

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0001436-72.2015.8.26.0000, da Comarca de Monte Azul Paulista, em que , é investigado PAULO SERGIO DAVID (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA).

ACORDAM, em 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DETERMINARAM O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER DA SILVA (Presidente), MARCO DE LORENZI E MIGUEL MARQUES E SILVA.

São Paulo, 25 de junho de 2015.

Walter da Silva
RELATOR
Assinatura Eletrônica

**VOTO 25.156****INQUÉRITO POLICIAL Nº 0001436-72.2015.8.26.0000****INVESTIGADO: PAULO SÉRGIO DAVID****INTERESSADO: ANTONIO CELSO BARONI JUNQUEIRA FRANCO****CARGO: PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA****COMARCA: MONTE AZUL PAULISTA**

Cuida-se de inquérito policial requisitado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a partir de representação ofertada por Antonio Celso Baroni Junqueira Franco em face de **PAULO SÉRGIO DAVID**, Prefeito Municipal de Monte Azul Paulista, para apurar eventual infração ao artigo 129, *caput*, do Código Penal.

Após a realização de diligências visando apurar os fatos, o inquérito policial foi concluído e relatado (fls.93/98).

Recebido o feito, a douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo seu arquivamento, vez que da análise dos elementos de informação coligidos aos autos chegou-se à conclusão que a conduta do investigado esteve marcada por contornos de legítima defesa, causa excludente de ilicitude do fato, levando ao reconhecimento da inexistência de justa causa para a persecução penal (fls.112/114).

Os autos foram encaminhados a esta Corte para análise e homologação da promoção (fls.116).

É O RELATÓRIO.

Tratando-se de representação de arquivamento externada pelo *dominus litis* e observada, ademais, a inaplicabilidade do artigo 28 do Código de Processo Penal – já que foi o próprio Procurador-Geral de Justiça, através de delegação outorgada, quem se manifestou nestes autos, é caso de determinação do arquivamento do procedimento investigatório.

Neste sentido, a jurisprudência pacífica do Excelso Supremo Tribunal Federal “assevera que o pronunciamento de arquivamento, em



3

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
14ª Câmara de Direito Criminal

regra, deve ser acolhido sem que se questione ou se entre no mérito da avaliação deduzida pelo titular da ação penal” (Inquérito nº 2341-QO/MT, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 28/06/2007).

Diante do exposto, **DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO**, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal.

São Paulo, 15 de junho de 2015.

WALTER DA SILVA
RELATOR